

HABEAS CORPUS Nº 548.220 - SP (2019/0355232-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : JUVENAL MANOEL RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO : JUVENAL MANOEL RIBEIRO DA SILVA - SP108872
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GENESIO BELLOTTI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GENESIO BELLOTTI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0003637-09.2014.8.26.0538.

O Paciente foi condenado à pena de 8 (oito) anos, 4 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, além do pagamento de 36 (trinta e seis) dias-multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 180, § 1.º; 288, *caput*; e 311, *caput*, todos do Código Penal (fl. 19).

O Tribunal de origem, mediante o acórdão de fls. 17-59, negou provimento às apelações do Ministério Público e da Defesa.

No presente *writ*, o Impetrante sustenta a ocorrência de nulidade absoluta, alegando a necessidade de efetiva intimação da Defesa para a audiência realizada no juízo deprecado.

Argumenta que "*nem o Paciente e nem seu Advogado foram intimados pessoalmente do ato, sendo que a audiência foi realizada em Comarca diversa*" (fl. 9).

Aponta a existência de efetivo prejuízo, pois, por meio de memoriais e do recurso de apelação, o Paciente teria levado tal fato ao conhecimento dos julgadores, sendo que, em primeira instância, nem sequer foi levado em consideração, e o Tribunal *a quo* "*se limitou a reconhecer a desnecessidade da intimação porque a Sumula 273 STF assim determina*" (fl. 10).

Argumenta que, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa, deve ser realizada a intimação do advogado "*para a audiência a ser realizada para cumprimento de carta precatória*" (fl. 11).

Requer, em liminar, o sobrestamento dos efeitos da condenação imposta ao Paciente. No mérito, pleiteia que seja declarado nulo o acórdão e a sentença, propiciando "nova audiência com intimação do acusado e seu advogado" (fl. 15).

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração, concomitante e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou o Tribunal *a quo*, ao negar provimento à apelação defensiva (fls. 27-28; grifos acrescidos):

"[...]

À fl. 809 está a precatória expedida na forma de carta para oitiva de Jonatas Henrique Lima e, dentre os patronos intimados, o augusto defensor do corréu Genésio (autor da questão fl. 1427), Dr. Juvenal Manoel Ribeiro da Silva (fl. 1429).

Intimado da expedição, daí por diante cabia à defesa o seu acompanhamento.

Ou seja, o que o Estado-juiz deveria fazer, o fez (fl. 809).

Incide nesta quadra o verbete 273 do e. STJ:

'Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado'."

Tal entendimento não destoa, em princípio, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, como demonstra o seguinte julgado:

"[...]

2. *O reconhecimento de nulidades no curso do processo penal reclama uma efetiva demonstração do prejuízo à parte, sem a qual prevalecerá o princípio da instrumentalidade das formas positivado pelo art. 563 do CPP (pas de nullité sans grief), também válido para os crimes militares. Precedentes.*

3. *Hipótese em que o Tribunal de origem afastou a alegação de cerceamento de defesa, uma vez que a defesa técnica foi devidamente intimada da expedição da carta rogatória, bem como apresentou perguntas a serem formuladas à vítima, sob forma de*

Superior Tribunal de Justiça

quesitos. Assim, intimada do ato, desnecessária nova intimação da data da audiência de ouvida da vítima, nos termos da Súmula 273/STJ.

[...]

5. Habeas corpus *não conhecido*" (HC 314.200/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017; grifos acrescidos.)

Ademais, a alegação de que "*nem o Paciente e nem seu Advogado foram intimados pessoalmente do ato, sendo que a audiência foi realizada em Comarca diversa*" (fl. 9), demanda, em princípio, o reexame do acervo probatório dos autos, o que se mostra inviável na via eleita.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, não veiculando situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, que deverão vir acompanhadas da senha ou chave de acesso ao andamento processual, caso seja necessária.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora